

ÍNDICE SISTEMÁTICO

CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL

Capítulo 1 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	3
1.1. Estrutura do Decreto-Lei n. 4.657/1942.....	3
1.2. Conceito da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB).....	3
1.3. Direito objetivo e direito subjetivo.....	3
1.4. Fontes do Direito.....	4
1.4.1. Existência ou inexistência de lacuna na lei	5
1.5. Vigência da lei	7
1.6. Eficácia das leis	9
1.7. Revogação e derrogação da lei.....	10
1.8. Repristinação.....	11
1.9. Integração ou colmatação da lei	13
1.10. Aplicação e interpretação das normas jurídicas	17
1.11. Conflito das leis no tempo	21
1.12. Direito internacional privado.....	24
1.13. Fluxograma 1 e fluxograma de súmulas	28
1.14. questões comentadas	30
Capítulo 2 – Das Pessoas.....	35
2.1. Das pessoas naturais: da personalidade e da capacidade	35
2.1.1. Personalidade	35
2.1.1.1. Momento de aquisição da personalidade jurídica.....	36
2.1.1.2. Registro civil das pessoas naturais.....	45
2.1.2. Capacidade.....	46

2.1.2.1.	Capacidade de direito, de gozo ou jurídica	46
2.1.2.2.	Capacidade de fato, de exercício ou de ação.....	46
2.1.2.3.	Capacidade plena	47
2.1.3.	Da incapacidade.....	47
2.1.3.1.	Os absolutamente incapazes	49
2.1.3.2.	Os relativamente incapazes.....	55
2.1.3.3.	Questões processuais.....	58
2.1.4.	Emancipação	60
2.1.5.	Extinção da pessoa física	62
2.1.6.	Comoriência.....	65
2.2.	Direitos da personalidade.....	66
2.2.1.	Teoria do direito da personalidade.....	66
2.2.2.	A tutela dos direitos da personalidade	71
2.2.3.	O direito fundamental da identidade.....	81
2.2.3.1.	Nome civil.....	81
2.2.4.	A proteção do nome.....	86
2.2.5.	Da proteção da imagem	91
2.2.6.	Proteção da privacidade da pessoa natural	94
2.3.	Da ausência.....	95
2.3.1.	A morte presumida com a declaração de ausência (diferente da regra do art. 7º do Código Civil de 2002).....	95
2.4.	Fluxograma 2	99
2.5.	Questões comentadas	100
Capítulo 3 – Pessoas Jurídicas		107
3.1.	Personalidade.....	120
3.2.	Espécies	127
3.2.1.	Associações.....	131
3.2.2.	Sociedades.....	134
3.2.3.	Fundações	134
3.2.4.	Organizações religiosas e partidos políticos.....	137
3.2.5.	Sociedades de economia mista.....	138
3.2.6.	Empresas públicas.....	138
3.2.7.	Serviços sociais autônomos	138

3.3.	Responsabilidade civil da pessoa jurídica.....	138
3.3.1.	A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno	139
3.3.2.	Representação.....	139
3.4.	Extinção da pessoa jurídica.....	140
3.5.	Entes ou grupos despersonalizados	140
3.6.	Fluxograma 3	141
3.7.	Questões comentadas	142
Capítulo 4 – Domicílio		147
4.1.	Fluxograma 4	151
4.2.	Questões comentadas	152
Capítulo 5 – Bens.....		157
5.1.	Classificação dos bens	158
5.1.1.	Bens considerados em si mesmos	159
5.1.1.1.	Dos bens imóveis	159
5.1.1.1.1.	Bem de família.....	160
5.1.1.1.1.1.	O bem de família de acordo com a jurisprudência.....	161
5.1.1.2.	Dos bens móveis	169
5.1.1.3.	Dos bens fungíveis e consumíveis.....	170
5.1.1.4.	Dos bens divisíveis	170
5.1.1.5.	Dos bens singulares e coletivos.....	171
5.1.2.	Dos bens reciprocamente considerados	172
5.2.	Dos bens públicos.....	177
5.3.	Fluxograma 5	181
5.4.	Questões comentadas	182
Capítulo 6 – Fatos Jurídicos, Ato Jurídico, Negócio Jurídico.....		187
6.1.	Explicação sobre a classificação dos fatos jurídicos.....	188
6.1.1.	Validade do negócio jurídico.....	190
6.1.2.	Elementos essenciais do negócio jurídico	190
6.2.	Da representação	196
6.3.	Elementos acidentais: condição, termo e encargo	197
6.3.1.	Condição.....	197

6.3.2.	Termo	199
6.3.3.	Encargo ou modo.....	201
6.4.	Vícios do negócio jurídico.....	201
6.4.1.	Dos vícios de consentimento.....	202
6.4.1.1.	Erro	202
6.4.1.2.	Dolo	206
6.4.1.3.	Coação.....	207
6.4.1.4.	Estado de perigo	209
6.4.1.5.	Da lesão.....	212
6.4.2.	Dos vícios sociais.....	214
6.4.2.1.	Fraude contra credores	214
6.4.2.2.	Simulação	218
6.5.	Invalidade do negócio jurídico	221
6.6.	Fluxograma 6.....	224
6.7.	Questões comentadas	225
Capítulo 7 – Da Prescrição e da Decadência.....		229
7.1.	Prescrição.....	229
7.2.	Direito intertemporal. Prescrição e decadência. Aplicação às hipóteses de redução e aumento de prazos.....	245
7.3.	Decadência.....	247
7.4.	Fluxograma 7	250
7.5.	Questões comentadas	251
Capítulo 8 – Da Prova		255
8.1.	Dos meios de prova.....	255
8.2.	Da confissão.....	255
8.3.	Dos documentos	256
8.4.	Da testemunha.....	258
8.5.	Da Perícia.....	259
CÓDIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL		
Capítulo 9 – Direito das Obrigações		263
9.1.	Conceito.....	263

9.2.	Elementos da relação obrigacional.....	263
9.3.	Obrigação de pagamento de dívida prescrita.....	264
9.4.	Obrigação de pagamento de dívida de jogo.....	264
9.5.	Fontes das obrigações.....	265
9.6.	Características das obrigações.....	265
9.7.	Classificação das obrigações	266
9.7.1.	Obrigação civil e natural	266
9.7.2.	Obrigação <i>propter rem</i> (por causa do bem).....	266
9.7.3.	Obrigação de meio	270
9.7.4.	Obrigação de resultado.....	270
9.7.5.	Obrigações de garantia	271
9.7.6.	Obrigações puras, condicionais, a termo e modais	272
9.7.7.	Obrigação de dar.....	272
9.7.7.1.	Coisa certa.....	272
9.7.7.2.	Coisa incerta.....	276
9.7.8.	Obrigação de fazer.....	277
9.7.8.1.	Diferenças entre obrigações de fazer fungíveis e infungíveis.....	278
9.7.9.	Obrigações de não fazer	278
9.7.10.	Obrigação cumulativa ou conjuntiva.....	279
9.7.11.	Obrigações alternativa e facultativa	279
9.7.11.1.	Inadimplemento da obrigação alternativa	281
9.7.12.	Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	282
9.7.12.1.	A regra do <i>cuncursu partes fiunt</i> na obrigação divisível.....	282
9.7.12.1.1.	Espécies de divisibilidade.....	282
9.7.12.1.2.	Espécies de indivisibilidade	283
9.7.13.	Obrigação solidária	284
9.7.13.1.	Da solidariedade ativa	285
9.7.13.2.	Da solidariedade passiva.....	287
9.7.13.3.	Da obrigação solidária mista.....	290
9.8.	Da transmissão das obrigações.....	290
9.8.1.	Da cessão de crédito.....	290
9.8.2.	Da assunção de dívida (cessão de débito).....	293
9.8.3.	Da cessão de contrato	295

9.9.	Do adimplemento das obrigações.....	296
9.9.1.	Efeito principal do pagamento ou adimplemento.....	297
9.9.2.	Modalidades.....	298
9.9.3.	Natureza jurídica do pagamento	298
9.9.4.	Requisitos de validade do pagamento	298
9.9.5.	Daqueles a quem se deve pagar	299
9.9.6.	O objeto e a prova do pagamento.....	300
9.9.7.	Elementos para a quitação.....	302
9.9.8.	Lugar do pagamento.....	303
9.9.9.	Tempo do pagamento.....	304
9.10.	Formas especiais/indireto de pagamento.....	306
9.10.1.	Pagamento em consignação	306
9.10.2.	Pagamento com sub-rogação	309
9.10.3.	Imputação do pagamento.....	311
9.10.4.	Dação em pagamento.....	313
8.10.4.1.	Requisitos para a dação.....	313
9.11.	Da extinção das obrigações sem a ocorrência do pagamento.....	315
9.11.1.	Novação	315
9.11.1.1.	Requisitos	315
9.11.1.2.	Espécies	316
9.11.2.	Compensação.....	317
9.11.2.1.	Pressupostos da compensação.....	317
9.11.2.2.	Espécies	318
9.11.3.	Confusão.....	318
9.11.4.	Remissão das dívidas	319
9.12.	Outros casos da extinção da obrigação sem o pagamento	320
9.13.	Contratos típicos que geram a extinção das obrigações	320
9.13.1.	Transação	320
9.13.2.	Compromisso.....	321
9.14.	Do inadimplemento das obrigações.....	321
9.14.1.	Da mora	323
9.14.2.	Dos juros legais	328
9.14.3.	Da cláusula penal	331

9.14.3.1. Cláusula penal compensatória.....	332
9.14.3.2. Cláusula penal moratória.....	332
9.14.3.3. Limitação da cláusula penal.....	333
9.15. Das arras ou sinal.....	336
9.15.1. Espécies.....	336
9.15.1.1. Arras confirmatórias.....	336
9.15.1.2. Arras penitenciais.....	337
9.15.1.3. Arras assecuratórias.....	339
9.16. Fluxograma 8.....	340
9.17. Questões comentadas.....	342
Capítulo 10 – Teoria Geral dos Contratos.....	347
10.1. Conceito.....	347
10.2. Elementos do contrato.....	347
10.3. Requisitos de validade.....	347
10.4. Classificação.....	348
10.5. Princípios contratuais.....	350
10.5.1. Princípio da autonomia privada.....	350
10.5.2. Princípio da obrigatoriedade da convenção (<i>pacta sunt servanda</i>).....	352
10.5.3. Princípio da relatividade dos efeitos dos contratos.....	352
10.5.4. Princípio da função social.....	354
10.5.4.1. Eficácias interna e externa.....	357
10.5.5. Princípio da boa-fé.....	358
10.5.5.1. Funções tríplice da boa-fé.....	364
10.5.5.2. Figuras parcelares.....	364
10.5.5.2.1. <i>Venire contra factum proprium</i>	364
10.5.5.2.2. <i>Supressio</i>	368
10.5.5.2.3. <i>Surrectio</i>	370
10.5.5.2.4. <i>Tu quoque</i>	371
10.5.5.2.5. <i>Duty to mitigate the loss</i>	373
10.5.5.2.6. Adimplemento substancial.....	376
10.5.6. Princípio da interpretação mais favorável ao aderente.....	377
10.5.7. Tópicos relevantes.....	379

10.5.7.1. A nulidade de cláusula que renuncie antecipadamente ao direito da parte	379
10.5.7.2. A licitude de realizações de contratos atípicos.....	380
10.5.7.3. A proibição da <i>pacta corvina</i>	381
10.5.7.4. Diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público ...	382
10.6. Formação dos contratos no Código Civil	383
10.6.1. Negociações preliminares ou fase de pontuação ou tratativas.....	383
10.6.2. Fase de proposta	384
10.6.3. Contrato preliminar.....	385
10.6.4. Contrato definitivo	387
10.7. Formação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor	387
10.8. A via eletrônica. Um contrato entre presentes ou ausentes?	393
10.9. Da estipulação em favor de terceiro	396
10.10. Da promessa de fato de terceiro ⁸⁴	396
10.11. Do contrato com pessoa a declarar	398
10.12. Vícios redibitórios	399
10.13. Evicção	404
10.13.1. Partes na evicção.....	405
10.13.2. Evicção de coisa adquirida em hasta pública	406
10.14. Contratos aleatórios	410
10.15. Extinção do contrato	411
10.15.1. Distrato	411
10.15.2. Cláusula resolutiva	414
10.15.3. Exceção de contrato não cumprido.....	414
10.15.4. Onerosidade excessiva	416
10.16. Fluxograma 9	421
10.16.1. Fluxograma 9-A	422
10.17. Questões comentadas	424
Capítulo 11 – Contratos em Espécie	429
11.1. Compra e venda	429
11.1.1. Conceito	429
11.1.2. Natureza jurídica	430
11.1.3. Elementos constitutivos	431

11.1.4. As despesas e riscos do contrato.....	433
11.1.5. Restrições à compra e venda	434
11.1.6. Regras especiais da compra e venda.....	437
11.1.7. Cláusulas especiais ou pactos adjetos	441
11.1.8. Fluxograma 10.....	447
11.2. Troca ou permuta	448
11.2.1. Conceito	448
11.2.2. Natureza jurídica	448
11.2.3. Fluxograma 10-A.....	450
11.3. Contrato estimatório.....	451
11.3.1. Conceito	451
11.3.2. Natureza jurídica	451
11.3.3. Efeitos e regras.....	451
11.3.4. Fluxograma 10-B.....	453
11.4. Doação.....	454
11.4.1. Conceito	454
11.4.2. Natureza jurídica	454
11.4.3. Espécies de doação	455
11.4.4. Revogação da doação.....	460
11.4.5. Hipóteses de irrevogabilidade por ingratidão	461
11.4.6. Fluxograma 10-C.....	462
11.5. Locação de coisas.....	463
11.5.1. Conceito	463
11.5.2. Natureza jurídica	463
11.5.3. Pressupostos	463
11.5.4. Dos deveres do locador	464
11.5.5. O direito potestativo da redução proporcional do aluguel ou a resolução do contrato.....	464
11.5.6. Dos deveres do locatário	465
11.5.7. Locação por prazo determinado	466
11.5.8. Aluguel pena.....	467
11.5.9. A aquisição do bem por terceiro e a cláusula de vigência.....	467
11.5.10. A sucessão na locação.....	468

11.7. Da prestação de serviço	506
11.7.1. Conceito	506
11.7.2. Natureza jurídica	506
11.7.3. Objeto do contrato.....	507
11.7.4. A remuneração (a não presunção de gratuidade).....	507
11.7.5. Prazo máximo de duração do contrato	507
11.7.6. Resilição do contrato	508
11.7.7. Inexecução do contrato.....	508
11.7.8. Amplitude do contrato.....	508
11.7.9. Responsabilidade pela ruptura culposa do contrato.....	509
11.7.10. Perdas e danos	509
11.7.11. A declaração formal da dissolução do contrato.....	509
11.7.12. Exigência de capacitação.....	509
11.7.13. Formas de extinção do contrato.....	510
11.7.14. Aliciamento do prestador de serviço	510
11.7.15. Alienação do prédio agrícola e suas consequências	511
11.7.16. Fluxograma 10-G.....	512
11.8. Empreitada.....	513
11.8.1. Conceito	513
11.8.2. Natureza jurídica	513
11.8.3. Espécies.....	513
11.8.4. Deveres e direitos do dono da obra.....	515
11.8.5. Responsabilidade do empreiteiro	516
11.8.6. Subempreitada. O que é?	517
11.8.7. Fluxograma 10-H	519
11.9. Depósito.....	520
11.9.1. Conceito	520
11.9.2. Natureza jurídica	520
11.9.3. Modalidades.....	521
11.9.4. Direitos e deveres do depositário	522
11.9.5. Direitos e deveres do depositante.....	522
11.9.6. Da prisão do depositário infiel.....	522
11.9.7. Extinção do depósito.....	522

11.9.8. Fluxograma 10-I.....	523
11.10. Do mandato.....	524
11.10.1. Conceito	524
11.10.2. Natureza jurídica	524
11.10.3. Espécies.....	525
11.10.4. Submandato.....	527
11.10.5. Obrigações do mandatário.....	527
11.10.6. Obrigações do mandante.....	528
11.10.7. Extinção do contrato	529
11.10.8. Fluxograma 10-J.....	530
11.11. Contrato de comissão	531
11.11.1. Conceito	531
11.11.2. Natureza jurídica	531
11.11.3. Espécies.....	531
11.11.4. Obrigações do comissário	531
11.11.5. Remuneração.....	532
11.11.6. Fluxograma 10-K.....	534
11.12. Contrato de agência e distribuição.....	535
11.12.1. Conceito	535
11.12.2. Natureza jurídica	535
11.12.3. Obrigação e Remuneração do agente ou distribuidor.....	535
11.12.4. Extinção do contrato	536
11.12.5. Fluxograma 10-L	537
11.13. Contrato de corretagem.....	538
11.13.1. Conceito	538
11.13.2. Natureza Jurídica	538
11.13.3. Espécies.....	539
11.13.4. Obrigações e remuneração do corretor.....	539
11.13.5. Fluxograma 10-M.....	543
11.14. Contrato de transporte	543
11.14.1. Conceito	543
11.14.2. Natureza jurídica	544
11.14.3. Regras do contrato de transporte.....	544

11.14.4. O transporte de pessoas.....	549
11.14.5. Do transporte de coisas.....	551
11.14.6. Fluxogramas 10-N e 10-O.....	555
11.15. Contrato de seguro.....	556
11.15.1. Conceito e a sua função de socializar riscos.....	556
11.15.2. Natureza jurídica.....	557
11.15.3. Regras do contrato.....	557
11.15.4. Do seguro de dano.....	567
11.15.5. Do seguro de pessoa.....	571
11.15.6. Fluxograma 10-P.....	576
11.16. Contrato de fiança.....	577
11.16.1. Conceito.....	577
11.16.2. Natureza jurídica.....	578
11.16.3. Seus efeitos e regras.....	580
11.16.4. Extinção da fiança.....	583
11.16.5. Fluxograma 10-Q.....	585
11.17. Contrato de transação.....	586
11.17.1. Conceito.....	586
11.17.2. Natureza Jurídica.....	586
11.17.3. Espécies.....	586
11.17.4. Efeitos.....	586
11.17.5. Fluxograma 10-R.....	588
11.18. Contrato de compromisso.....	589
11.18.1. Conceito.....	589
11.18.2. Natureza Jurídica e Espécies.....	589
11.18.3. Fluxograma 10-S.....	590
11.19. Questões comentadas.....	595
Capítulo 12 – Da Responsabilidade Civil.....	599
12.1. Conceito.....	599
12.2. Pressupostos.....	599
12.2.1. Ato ilícito.....	599
12.2.1.1. Espécies.....	600

12.2.2. Culpa	601
12.2.2.1. Espécies de culpa <i>stricto sensu</i>	601
12.2.3. Dano	605
12.2.3.1. Espécies	605
12.2.3.1.1. Dano material.....	605
12.2.3.1.1.1. Dano emergente e lucro cessante.....	605
12.2.3.1.2. Perda de uma chance	606
12.2.3.1.3. Dano incerto	608
12.2.3.1.4. Dano material futuro	608
12.2.3.1.5. Dano moral.....	609
12.2.3.1.5.1. Formas de fixação	614
12.2.3.1.5.1.1. Compensatória	614
12.2.3.1.5.1.2. Punitiva	615
12.2.3.1.5.1.2.1. <i>Punitive damages</i>	615
12.2.3.1.5.2. Dano moral direto e o indireto ou ri- cochete	619
12.2.3.1.5.3. Dano moral à pessoa jurídica	622
12.2.3.1.5.4. Dano moral e a Súmula n. 385 do STJ	624
12.2.3.1.5.5. A não possibilidade de incidência de Imposto de Renda.....	626
12.2.3.1.5.6. Dano moral coletivo e social. Diferen- ças...Posicionamento da jurisprudência do STJ.....	626
12.2.3.1.5.7. Prova do dano moral	631
12.2.3.1.5.8. A quantificação dos danos morais	636
12.2.3.1.6. Dano estético e sua natureza extrapatrimonial.....	638
12.2.4. Nexo causal.....	640
12.2.4.1. Concorrências de causas	644
12.3. O risco	645
12.4. Responsabilidade por ato próprio.....	649
12.5. Responsabilidade por ato de outrem ou responsabilidade indireta	653
12.5.1. Independência das responsabilidades civil e criminal.....	665
12.6. Responsabilidade por fato da coisa ou do animal.....	667

12.7. Responsabilidade nas relações de família.....	670
12.8. Responsabilidade do transportador.....	672
12.8.1. Responsabilidade pelas pessoas e bagagens.....	673
12.8.2. Excludentes de responsabilidade.....	675
12.9. Responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	677
12.9.1. Elementos.....	677
12.9.1.1. Elementos subjetivos.....	677
12.9.1.1.1. Consumidor.....	677
12.9.1.1.2. Consumidor equiparado.....	681
12.9.1.1.3. Fornecedor.....	682
12.9.1.2. Elementos objetivos da relação de consumo.....	682
12.9.2. Modalidades de responsabilidade civil.....	683
12.9.2.1. A ocorrência do vício do produto e do serviço.....	683
12.9.2.2. A ocorrência de fato do produto e do serviço.....	687
12.9.3. Inversão do ônus da prova.....	694
12.9.4. Juízo competente para a propositura da ação indenizatória por fato e por vício.....	698
12.10. Responsabilidade civil do Estado.....	698
12.10.1. Denúnciação da lide. Possibilidade ou não?.....	700
12.11. Responsabilidade civil por danos ambientais.....	715
12.12. Excludentes de ilicitude e excludentes de responsabilidade.....	719
12.12.1. Estado de necessidade.....	719
12.12.2. Legítima defesa.....	720
12.12.3. Exercício regular do direito.....	720
12.12.4. Caso fortuito e força maior.....	721
12.12.5. Culpa exclusiva da vítima.....	726
12.12.6. Fato de terceiro.....	727
12.12.7. Cláusula de não indenizar.....	728
12.13. Fluxograma 11.....	730
12.14. Questões comentadas.....	731
Capítulo 13 – Direito das Coisas.....	741
13.1. Direitos reais.....	741
13.1.1. Teorias.....	741

13.1.2. Princípios que regem os direitos reais	742
13.2. Posse.....	744
13.2.1. Teorias.....	744
13.2.2. Detenção.....	747
13.2.3. Diferença da transmutação para a intervenção da posse.....	749
13.2.4. Composse ou compossessão.....	751
13.2.5. Espécies de posse.....	751
13.2.6. Aquisição e perda da posse.....	756
13.2.6.1. Modos de aquisição.....	756
13.2.6.2. Quem pode adquirir a posse.....	758
13.2.6.3. Sucessão hereditária	759
13.2.6.4. Perda da posse	760
13.2.7. Efeitos da posse	761
13.2.7.1. A proteção possessória.....	762
13.2.7.1.1. Legítima defesa ou desforço imediato.....	762
13.2.7.1.2. Ações possessórias: manutenção de posse; reintegração de posse; interdito proibitório.....	763
13.2.7.1.2.1. Da manutenção e da reintegração de posse.....	764
13.2.7.1.2.1.1. Requisitos.....	764
13.2.7.1.2.2. O interdito proibitório.....	766
13.2.7.1.2.2.1. Requisitos.....	766
13.2.7.1.2.3. A possibilidade de outros interditos possessórios.....	766
13.2.7.1.3. Aspectos relevantes das ações possessórias.....	769
13.2.7.2. A percepção dos frutos.....	773
13.2.7.3. A responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	773
13.2.7.4. A indenização pelas benfeitorias e o direito de retenção.....	774
13.3. Da propriedade	776
13.3.1. Características do direito de propriedade	778
13.3.2. Função social do direito de propriedade.....	779
13.3.3. Fundamento jurídico do direito de propriedade.....	783
13.3.4. Extensão da propriedade.....	783
13.3.5. Limitações da propriedade.....	783

13.3.6. Da descoberta	783
13.3.7. Aquisição da propriedade imóvel.....	784
13.3.7.1. A Usucapião	784
13.3.7.2. Aquisição pelo registro imobiliário.....	798
13.3.7.3. Acesso	800
13.3.7.4. Direito hereditário.....	802
13.3.8. Aquisição da propriedade móvel.....	802
13.3.8.1. Usucapião	802
13.3.8.2. Ocupação.....	803
13.3.8.3. Achado de tesouro.....	803
13.3.8.4. Tradição	803
13.3.8.4.1. Espécies.....	803
13.3.8.5. A venda a <i>non domino</i>	803
13.3.8.6. Direito hereditário.....	804
13.3.8.7. Especificação.....	804
13.3.8.8. Confusão, comistão e adjunção	804
13.3.9. Perda da propriedade.....	804
13.4. Direitos de vizinhança	810
13.4.1. Natureza jurídica do direito	810
13.4.2. Os direitos em si	810
13.4.2.1. Do uso anormal da propriedade.....	810
13.4.2.2. Das árvores limítrofes.....	812
13.4.2.3. Da passagem forçada.....	813
13.4.2.4. Da passagem de cabos e tubulações.....	814
13.4.2.5. Das águas	814
13.4.2.6. Dos limites entre os prédios e do direito de tapagem.....	818
13.4.2.7. Do direito de construir	819
13.5. Do condomínio geral.....	822
13.5.1. Espécies disciplinadas no Código Civil.....	823
13.5.2. Quanto à origem.....	823
13.5.3. Quanto à forma.....	824
13.5.4. Quanto ao objeto	824
13.5.5. Direitos e deveres dos condôminos	824

13.5.6. Extinção do condomínio	825
13.5.7. Administração do condomínio	825
13.5.8. Do condomínio necessário	826
13.6. Do condomínio edilício.....	826
13.6.1. Natureza jurídica	826
13.6.2. Característica.....	826
13.6.3. Instituição do condomínio	827
13.6.4. Constituição do condomínio.....	827
13.6.5. Condômino nocivo e a disposição legal.....	834
13.6.6. Estrutura interna do condomínio.....	836
13.6.7. Administração do condomínio	836
13.7. Condomínio de lotes, Loteamento de Acesso Controlado e Condomínio urbano Simples.....	838
13.8. Da propriedade resolúvel (análise da propriedade <i>ad tempus</i>).....	840
13.9. Da propriedade fiduciária	841
13.9.1. Direitos e obrigações do fiduciante	842
13.9.2. Obrigações do credor fiduciário	844
13.9.3. Procedimento	845
13.9.4. Aplicação do art. 53 do Código de Defesa do Consumidor.Cláusula de decaimento.....	845
13.9.5. Vedação do pacto comissório	847
13.10. Da propriedade aparente.....	849
13.11. Direitos reais limitados	850
13.11.1. Da superfície.....	850
13.10.1.1. Extinção do direito de superfície	853
13.11.2. Da servidão.....	853
13.11.2.1. Características	855
13.11.2.2. Espécies	855
13.11.2.3. Do exercício das servidões.....	856
13.11.2.4. Extinção das servidões.....	858
13.11.3. Do usufruto	859
13.11.3.1. Diferenças para outros institutos.....	860
13.11.3.2. Espécies	860

13.11.3.3. Dos direitos do usufrutuário.....	861
13.11.3.4. Dos deveres do usufrutuário	862
13.11.3.5. Extinção do usufruto.....	864
13.11.4. Do uso.....	866
13.11.5. Da habitação.....	870
13.11.5.1. Espécies de direito real de habitação	870
13.11.6. Direito do promitente comprador.....	873
13.11.6.1. Extinção do compromisso	874
13.11.7. Da enfiteuse.....	874
13.11.7.1. Extinção.....	875
13.12. Direitos reais de garantia sobre coisa alheia	875
13.12.1. Os direitos reais de garantia apresentados pelo Código Civil.....	877
13.12.1.1. Requisitos de validade para a constituição do direito real de garantia	878
13.12.1.2. Os bens que podem ser dados como garantia.....	878
13.12.1.3. Princípios dos direitos reais de garantia.....	878
13.12.2. O estudo do penhor.....	880
13.12.2.1. Espécies	880
13.12.2.2. Dos direitos do credor pignoratício	884
13.12.2.3. Das obrigações do credor pignoratício.....	885
13.12.2.4. Da extinção do penhor	885
13.12.3. Hipoteca	886
13.12.3.1. Características	887
13.12.3.2. Requisitos	888
13.12.3.3. Modalidades.....	888
13.12.3.4. A possibilidade da venda de um bem hipotecado	890
13.12.3.5. Pluralidade de hipotecas.....	891
13.12.3.6. A hipoteca e a necessidade de outorga conjugal.....	891
13.12.3.7. Direito de remição	892
13.12.3.8. A extinção da hipoteca.....	892
13.12.4. Anticrese	896
13.12.4.1. Modalidades de se executar a garantia anticrética	897
13.12.4.2. Extinção da anticrese.....	897

13.13. Do Direito Real de Laje.....	898
13.14. Fluxograma 12.....	901
13.14.1. Fluxograma 12-A.....	902
13.14.2. Fluxograma 12-B.....	903
13.14.3. Fluxograma 12-C.....	904
13.15. Questões comentadas.....	906
Capítulo 14 – Direito das Famílias.....	911
14.1. Sua visão constitucional.....	911
14.2. Princípios.....	912
14.2.1. De proteção à dignidade da pessoa humana.....	912
14.2.2. Princípio da solidariedade.....	913
14.2.3. Da igualdade entre os cônjuges e companheiros.....	914
14.2.4. Princípio da igualdade entre o homem e a mulher.....	915
14.2.5. Princípio da proibição de interferência.....	916
14.2.6. Princípio do melhor interesse da criança.....	916
14.2.7. Princípio da afetividade.....	923
14.2.8. Princípio da função social.....	931
14.3. O direito de família: direito público ou privado?.....	932
14.4. O conceito ampliado de família.....	932
14.5. O casamento.....	940
14.5.1. Natureza jurídica.....	940
14.5.2. Pressupostos.....	940
14.5.3. Da capacidade para o casamento.....	942
14.5.4. Causas impeditivas do matrimônio.....	944
14.5.5. Causas suspensivas do matrimônio.....	945
14.5.6. Esponsais.....	946
14.5.7. Habilitação para o casamento.....	946
14.5.8. Da celebração do casamento.....	948
14.5.9. Casamento nos casos de moléstia grave.....	949
14.5.10. O casamento nuncupativo (<i>in extremis vitae</i>).....	950
14.5.11. O casamento pode ocorrer por procuração?.....	950
14.5.12. Casamento religioso e seus efeitos civis.....	951

14.5.13. Casamento perante a autoridade consular.....	952
14.5.14. Invalidade do matrimônio.....	952
14.5.15. O casamento putativo.....	960
14.5.16. Das provas do casamento.....	961
14.5.17. Da eficácia do casamento.....	961
14.5.18. Regime de bens.....	966
14.5.18.1. Do pacto antenupcial.....	967
14.5.18.2. Da classificação dos regimes.....	968
14.5.18.2.1. Do regime da comunhão parcial de bens.....	968
14.5.18.2.2. Do regime de comunhão universal.....	969
14.5.18.2.3. Regime de participação final nos aquestos.....	969
14.5.18.2.4. Do regime da separação de bens.....	970
14.5.19. Da dissolução do casamento e da sociedade conjugal. Análise da Emenda Constitucional n. 66/10.....	971
14.5.19.1. Modalidades de separação (antes do advento da Emenda Consti- tucional n. 66/10).....	972
14.5.19.2. O divórcio.....	975
14.6. Da proteção da pessoa dos filhos.....	983
14.7. Da união estável.....	990
14.7.1. Os efeitos da união estável.....	997
14.8. Relações de parentesco.....	1000
14.8.1. O parentesco.....	1000
14.8.2. Filiação.....	1005
14.8.3. Do reconhecimento dos filhos.....	1013
14.8.4. Da adoção.....	1020
14.8.5. Poder familiar.....	1031
14.8.5.1. Do exercício do poder familiar.....	1032
14.8.5.2. Da suspensão do poder familiar.....	1032
14.9. Dos alimentos.....	1037
14.9.1. Alimentos gravídicos.....	1039
14.9.2. Requisitos para a prestação de alimentos.....	1041
14.10. Do bem de família.....	1049
14.11. Do direito assistencial: Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada...	1053

14.11.1. Da tutela.....	1053
14.11.2. Da curatela	1060
14.11.2.1. Da curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física.....	1063
14.11.3. Da Tomada de Decisão Apoiada	1064
14.12. Alterações processuais no direito das famílias.....	1066
14.13. Fluxograma 13	1067
14.14. Questões comentadas	1070
Capítulo 15 – Do Direito das Sucessões	1077
15.1. Introdução.....	1077
15.2. Da herança e sua administração	1083
15.3. Da vocação hereditária.....	1087
15.4. Da aceitação e da renúncia da herança	1089
15.5. Dos excluídos da sucessão.....	1092
15.6. Da herança jacente.....	1094
15.7. Da petição da herança	1095
15.8. Da sucessão legítima.....	1097
15.8.1. Da ordem da vocação hereditária.....	1097
15.8.1.1. Dos herdeiros necessários	1106
15.8.1.2. Direito de representação.....	1108
15.9. Da sucessão testamentária.....	1109
15.9.1. Da capacidade de testar.....	1110
15.9.2. Do testamento	1111
15.9.2.1. Características do testamento	1111
15.9.2.2. Das formas ordinárias do testamento.....	1112
15.9.2.2.1. Do testamento público.....	1113
15.9.2.2.2. Do testamento cerrado.....	1114
15.9.2.2.3. Do testamento particular ou hológrafo.....	1114
15.9.3. Dos codicilos	1115
15.9.4. Dos testamentos especiais.....	1116
15.9.4.1. Do testamento marítimo e do aeronáutico.....	1116
15.9.4.2. Do testamento militar.....	1116
15.9.5. Das disposições testamentárias.....	1117

15.9.6. Dos legados.....	1121
15.9.6.1. Modalidades.....	1121
15.9.6.2. Da responsabilidade pelo pagamento do legado.....	1121
15.9.6.3. Da caducidade dos legados.....	1122
15.9.7. Do direito de acrescer entre os herdeiros e legatários.....	1122
15.9.8. Das substituições.....	1123
15.9.8.1. Da substituição vulgar.....	1124
15.9.8.2. Da substituição recíproca.....	1124
15.9.8.3. Da substituição fideicomissária.....	1124
15.9.8.3.1. Figurantes do fideicomisso.....	1124
15.9.9. Da deserdação.....	1126
15.9.10. Da redução das disposições testamentárias.....	1127
15.9.11. Da revogação do testamento.....	1128
15.9.12. Do rompimento do testamento.....	1128
15.9.13. Do testamenteiro.....	1128
15.10. Do inventário e da partilha.....	1130
15.10.1. Conceito de inventário.....	1130
15.10.1.1. O inventariante.....	1130
15.10.2. Dos sonegados.....	1132
15.10.3. Do pagamento das dívidas.....	1132
15.10.4. Da colação.....	1133
15.10.5. Da partilha.....	1133
15.10.5.1. Da anulação da partilha.....	1134
15.11. Alterações processuais no direito das sucessões.....	1134
15.12. Fluxograma 14.....	1137
15.13. Questões comentadas.....	1139
Bibliografia.....	1143